



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA SESI CARAPICUÍBA: A ALDEIA JESUÍTICA E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO¹

**SOARES, Sarah Pereira²
RESENDE, Kizzy Alves³**

¹ Artigo resultante de projeto de Iniciação Científica em andamento na Faculdade Sesi-SP de Educação, orientado pela Profa. Dra. Kizzy Alves Resende.

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas na Faculdade Sesi-SP de Educação. E-mail: sarah.pereira9@faculdadesesi.edu.br.

³ Doutora em Geografia. Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Faculdade Sesi-SP de Educação. E-mail: kizzy.resende@faculdadesesi.edu.br.

RESUMO

O trabalho em questão expõe um panorama do levantamento bibliográfico realizado durante o desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica – de mesmo título – desenvolvida na Faculdade Sesi de Educação. O objetivo dessa apresentação é fortalecer uma experiência prática da Educação Patrimonial, a ser realizada na escola Sesi Carapicuíba. Com isso, pretende-se destacar a importância das práticas interdisciplinares para este fim e buscar fortalecer as relações de pertencimento e identidade sociocultural dos estudantes, considerando a presença e as funções atuais da Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, patrimônio histórico do século XVII. Com base em Freire (2011; 2013), Paro (1987), Horta et al. (1999), Florêncio (2015; 2025), Scifoni (2025) e Nora (1993). Por fim, o levantamento bibliográfico realizado nos oferece indícios de como a Educação Patrimonial pode favorecer o reconhecimento da memória, da cultura e do território como parte constitutiva da própria identidade, reforçando o papel da educação básica e do ambiente escolar para uma formação cidadã e emancipatória.

Palavras-chave: Identidade e Pertencimento; Educação Patrimonial; Gestão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

Como parte essencial da pesquisa de Iniciação Científica, realizada numa perspectiva de pesquisa qualitativa e com a centralidade na investigação de como os estudantes da escola SESI de Carapicuíba se relacionam com a Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, o recorte apresentado inicia com uma defesa das práticas interdisciplinares e do papel da gestão escolar para a realização de atividades relacionadas à Educação Patrimonial na educação formal.

O objetivo envolve compreender o grau de relacionamento dos alunos com a aldeia e, a partir disso, construir uma proposta interdisciplinar, conforme concepção de Fazenda (2012), de prática pedagógica que aproxime os conhecimentos curriculares do contexto sociocultural dos estudantes, fortalecendo o papel da escola como mediadora de experiências culturais, conforme defendem Florêncio (2025), Freire (2011) e Horta *et al.* (1999). Dessa forma, o projeto visa compreender o significado das experiências e vivências dos estudantes com este espaço, em busca da construção de um projeto interdisciplinar que fortaleça as relações de pertencimento nesse contexto.

A metodologia proposta parte da concepção de que a educação patrimonial deve ser tratada de forma interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber (Horta *et al.*, 2010), Fazenda (2012). Assim, a efetivação da educação patrimonial como prática pedagógica significativa depende, dentre outros fatores, da articulação entre as diferentes áreas do conhecimento e da atuação colaborativa de toda a comunidade escolar.

Com isso, a discussão apresentada neste trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da Educação Patrimonial no espaço escolar e sua contribuição para o fortalecimento de relações de pertencimento e socioculturais. A escolha do tema se mostra pertinente na medida em que existe uma urgência (Scifoni, 2025) em se discutir a necessidade de aproximar os estudantes da história e memória local de forma que lhes sejam garantidos o acesso e o direito à identidade, à cultura e ao território (Scifoni, 2025). Dessa maneira, o levantamento organizado aqui pode contribuir para pensar uma educação crítica, participativa e humanizada, conforme defende Freire (2011), capaz de levar ao reconhecimento do patrimônio enquanto parte constitutiva do território e parte integrante do cotidiano.

O ato de educar, de acordo com Freire (2013), deve ser entendido como um movimento de diálogo e conscientização, onde o educando é convidado a interpretar o mundo que o cerca. Assim, ao articular o conteúdo escolar com o patrimônio cultural local, o professor pode criar pontes e possibilitar o diálogo entre o conhecimento científico e as experiências vividas pelos estudantes, permitindo que estes se vejam como agentes ativos na produção e preservação de sua própria história ao problematizar o patrimônio (Florêncio, 2015).

No caso da Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, localizada próxima à escola SESI de Carapicuíba, que compõe o objeto de estudo da iniciação científica em andamento, o patrimônio se apresenta como uma materialidade simbólica (Nora, 1993), o qual expressa as contradições e as heranças de um processo histórico marcado pela colonização, pela catequização dos povos indígenas e pela formação do território paulista⁴. Neste contexto buscamos compreender e defender como o contato dos estudantes com o patrimônio pode ser ressignificado, passando de um objeto do passado para um elemento componente de suas histórias de vida (Scifoni, 2025).

Por essa razão, o objetivo dessa revisão é nos conduzir à construção de instrumentos para compreender de que maneira os estudantes percebem a Aldeia Jesuítica de Carapicuíba e qual sua relação perante esse espaço enquanto patrimônio histórico e cultural. Essa linha de raciocínio é sustentada por Florêncio (2025) e Horta *et al.* (1999), quando afirmam que a ausência de vivências educativas voltadas ao patrimônio cultural pode enfraquecer a memória

⁴ Afirmção disponível no site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

social e coletiva, bem como contribuir para a desvalorização das referências culturais do território.

A partir do levantamento, aqui organizado, é possível pensar em instrumentos para coleta de dados e metodologias de análise que nos apresentem como a Educação Patrimonial pode contribuir para a construção e fortalecimento das relações de pertencimento dos estudantes para com o território no qual estão inseridos. Nesse sentido, o texto foi organizado em três partes: inicialmente, reforçamos as práticas interdisciplinares e a contribuição da gestão escolar como meios para chegar até os estudantes de maneira orgânica e eficaz; em seguida, consideramos apresentar um panorama da bibliografia analisada acerca da Educação Patrimonial, que é o foco dessa discussão e do projeto de Iniciação Científica em andamento. Por fim, concluímos este trabalho com algumas análises decorrentes do levantamento realizado, buscando um diálogo no campo do ensino de Ciências Humanas.

2. A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR E O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR

Em cidades como Carapicuíba, onde se localiza um importante patrimônio histórico – a Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, fundada no século XVII pelo padre jesuíta José de Anchieta, a educação patrimonial pode contribuir para o fortalecimento de vínculos afetivos e históricos entre os estudantes e seu território (Florêncio, 2015; Martins, 2015). Este espaço, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é um ambiente privilegiado para vivências educativas que buscam a valorização da memória coletiva e a reflexão da importância da preservação e reconhecimento do patrimônio, por se assemelhar a uma praça e assim ser palco para diversas atividades (Scifoni, 2025) que permitam a relação estudante-aldeia-escola.

Contudo, para os estudantes da educação básica, o patrimônio ainda é, por vezes, percebido como um “objeto do passado”, desvinculado da realidade e distante de sua própria identidade (Faccio, 2010). É nesse contexto que consideramos importante refletir sobre formas de implementar a Educação Patrimonial como forma de aproximar os alunos da cidade onde vivem, fomentando novas formas de concepção do território de vivência.

Nesse sentido, é importante reforçar a Educação Patrimonial como um processo educativo que busca levar os sujeitos à compreensão do patrimônio como parte integrante da vida cotidiana, favorecendo o reconhecimento de sua identidade e de sua inserção na sociedade (Horta *et al.* 1999). Nesse sentido, a prática pedagógica voltada à valorização da memória e da cultura local promove o desenvolvimento da consciência crítica e do sentimento de pertencimento, princípios fundamentais para a formação cidadã (Martins, 2015). Por esta razão, a escola, como espaço de socialização e construção de saberes, tem papel central nesse processo, uma vez que pode proporcionar aos alunos a oportunidade de reconhecer-se como parte de uma história e de um território (Freire, 2011; 2013).

Essa abordagem possibilita uma leitura mais ampla e crítica do território (Martins, 2015; Freire, 2011), pois objetiva conectar as disciplinas de História, Geografia e Artes em torno de um mesmo objetivo: a promoção do reconhecimento do patrimônio cultural como parte constitutiva da identidade dos sujeitos e da coletividade (Scifoni, 2025; Florêncio, 2025; Martins, 2015; Horta *et al.*, 2010). Nesse sentido, a interdisciplinaridade não se limita a um método de ensino, mas se configura como uma postura pedagógica que valoriza o diálogo, a cooperação e a reflexão conjunta sobre a realidade social (Fazendo, 2012; Freire, 2013).

Todavia, para que essa perspectiva interdisciplinar se concretize, é indispensável o envolvimento da gestão escolar, pois é ela quem cria as condições institucionais e pedagógicas para o desenvolvimento de práticas inovadoras e integradas. A gestão democrática, conforme

discutida por Paro (1987), constitui a base de uma escola comprometida com a formação crítica e emancipatória dos estudantes, conforme também defendido por Freire (2013). Para o autor, a escola deve ser espaço de participação efetiva de todos os seus sujeitos, sejam eles professores, alunos, famílias e comunidade, nas decisões que dizem respeito ao processo educativo. Paro (1987) ressalta que:

[...] se a participação efetiva da classe trabalhadora nos destinos da educação escolar for uma utopia no sentido apenas de um sonho irrealizável, [...] então de nada adianta continuarmos falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação social. (Paro, 1987, p. 53)

A partir da afirmativa do autor, entende-se que o papel da gestão escolar ultrapassa a mera administração burocrática da instituição, passando a tratar-se de um trabalho político e pedagógico que busca garantir a participação ativa da comunidade nos processos de ensino e aprendizagem (Paro, 1987). No que tange a escola SESI de Carapicuíba, a gestão escolar se mostrou aberta à implementação do projeto de pesquisa, apoiando sua execução ao longo de um ano letivo e incentivando a colaboração entre professores de diferentes disciplinas, evidenciando, assim, um compromisso com traços de uma democratização das práticas escolares e com a valorização da cultura local como elemento formativo da cidadania.

A perspectiva interdisciplinar, quando amparada por uma gestão participativa (Paro, 1987), permite que o patrimônio cultural (representado pela Aldeia Jesuítica de Carapicuíba) seja incorporado ao currículo escolar como um eixo de integração de saberes e experiências (Horta *et al.* 2010). Por este motivo, a visita à Aldeia Jesuítica e a construção de um ambiente permanente de memória dentro da escola, justificam-se não apenas como atividades pontuais, mas como práticas pedagógicas que envolvem planejamento coletivo, partilha de responsabilidades e diálogo entre educadores e estudantes (Paro, 1987). Dentro deste processo, a gestão escolar passa a ter papel de mediação, de modo a assegurar que o projeto tenha o caráter democrático, defendido por Paro (1987), e, ainda, que se promova o reconhecimento em cada sujeito envolvido na participação dessa pesquisa.

Assim, a utopia, proposta por Paro (1987) deixa de ser um “sonho irrealizável” (Paro, 1987) passando a ser algo próximo da realidade em que se cerca, aqui materializada na escola SESI de Carapicuíba e na Aldeia Jesuítica, desde que a escola possibilite diálogo entre a emancipação da educação defendido por Freire (2013) com a democratização do acesso à memória, à história, ao território e identidade por meio da efetividade sustentadas por Florêncio (2025), Scifoni (2025) e Martins (2015). A condução dessa pesquisa no contexto escolar do SESI Carapicuíba demonstra um caminho possível de integração entre a gestão democrática e interdisciplinaridade para valorização da educação patrimonial realizada com práticas efetivas, incentivando o pensamento crítico e emancipador, o que pode contribuir para o fortalecimento do pertencimento e para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

3. UM BREVE PANORAMA SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial se constitui como processo educativo que visa a promoção da valorização da memória, da cultura e do território, de acordo com Florêncio (2025), e que corrobora a “defesa do direito à memória, ao patrimônio e ao território”. Desse modo, a prática educativa deixa de se ater somente a transmissão da “história do passado” passando a ser algo que é materializado no presente, a fim de que se construa o pensamento crítico e o vínculo ao território (Freire, 2011).

Para Horta, Grumberg e Monteiro (1999), a Educação Patrimonial é um processo contínuo e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural, o qual serve como “fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, a partir do contato direto com as manifestações culturais de determinado território. Outrossim, ainda segundo as autoras, a experiência direta com o patrimônio torna-se ferramenta num processo de conhecimento, apropriação e valorização o qual permite, ao existir um contato, a criação de relações de afetividade a partir das heranças culturais, de maneira que se reconheçam enquanto sujeitos ativos.

De forma a complementar, Martins (2015) afirma que esse processo ocorre no campo da afetividade e, para que o processo de identificação e pertencimento com o patrimônio ocorra é preciso antes que se tenha em mente que esse “conjunto de valores representado pelos significados e símbolos imateriais que estão projetados no espaço geográfico, tornando este lugar especial é advindo de uma relação afetiva”, resguardando em si as marcas de cada sujeito que está, de certa forma, comprometido com esse lugar. Diante disso, infere-se que ao desfalcar a identidade e o pertencimento do sujeito desvinculando-o do acesso à história, à memória, ao patrimônio e ao território, tem-se aí danos que evocam a perda do reconhecimento da relação de sujeito-cidadania bem como o rompimento com suas referências que elaboram a sua relação com o território (Martins, 2015).

A fim de ampliar e problematizar as concepções e discussões que giram em torno do Patrimônio Cultural, Scifoni (2025) relembra que nem sempre a Educação Patrimonial fora compreendida enquanto ferramenta potente de emancipação e participação políticas a partir da cidade, sendo antes compreendida apenas como a transmissão de um passado morto, monumento que apenas está ali, sem vida, sem história, sem memória. Em outras palavras, trata-se aqui da patrimonialização. Como afirma a autora,

Nesta virada do campo, a educação patrimonial ultrapassou as ações centradas nos monumentos, acervos e construções isoladas para compreender a própria cidade como documento da história, da cultura e memória, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Neste contexto ampliado de educação patrimonial a cidade passou a ser entendida como resultado de uma acumulação desigual de tempos, expressão cunhada por Santos (1978). (Scifoni, 2025, p. 20).

É importante reafirmar ainda, com base na autora, que a Educação Patrimonial tem papel importante na difusão da memória coletiva e transmissão dos conhecimentos acerca da história a partir do território em que os sujeitos vivem, conforme adverte Martins (2015). Para isso, é necessário que se construam relações de afetividade, memória, identidade e pertencimento com o território em que se vive bem como a cidade e os lugares por onde transitam, como reiteram Martins (2015) e Scifoni (2025). Neste contexto, é possível refletir o papel da Educação Patrimonial dentro da Educação Básica, sem perder de vista as suas concepções e sem cair na patrimonialização, entendida aqui como o esvaziamento da historicidade, a perda de identidade e identificação do patrimônio, além do apagamento da memória deste, como alertam Scifoni (2025), Faccio (2010) e Martins (2015).

Autores como Hall (2006) e Nora (1993) ampliam a compreensão sobre identidade e memória, fundamentais à discussão sobre pertencimento. Hall (2006) afirma que a identidade é construída de modo dinâmico e relacional, sendo constantemente transformada pelas práticas culturais e pelas relações sociais, trazendo à luz a historicidade do conceito de pertencimento. Já Nora concebe os “lugares de memória” como espaços simbólicos onde a sociedade projeta suas lembranças e constrói significados, problematizando também a historicidade do conceito

de memória, sem que se confunda história e memória. Dado que, segundo o autor,

A história, porque operação intelectual laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une [...] A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (Nora, 1993, p.9).

Infere-se, portanto, que a memória está e é construída pelos sujeitos que cercam um determinado lugar num determinado tempo histórico (Nora, 1993), os quais dotarão diferentes perspectivas e forjarão diferentes identidades desde que seja permitido a estes o contato direto com as manifestações culturais que o identificam enquanto sujeitos-cidadãos (Scifoni, 2025) (Martins, 2015). Para tanto, é necessário que haja ferramentas que favoreçam o reconhecer-se no lugar para que se construa sentido a fim de que se valorize um bem patrimonial.

Diante disso, a Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, enquanto patrimônio histórico, pode ser interpretada como um desses lugares de memória, no qual o passado se atualiza por meio das experiências educativas e das vivências coletivas (Nora, 1993). Tal interpretação e atualização histórica e de memória, visam a construção de relações de pertencimento (Scifoni, 2025) bem como a identificação com o espaço em que está inserido (Martins, 2015) o patrimônio aqui discutido (Faccio, 2010). Contudo, como afirma Freire (2013; 2011), essa elaboração não pode se fazer distante do diálogo verdadeiro, do encontro, da educação que favoreça a criticidade e a curiosidade epistemológica. Para o autor, “Não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade”, (Freire, 2013, p. 95).

Freire (2013) afirma que a educação deve ser dialógica, levando em consideração o território e os saberes dos estudantes a quem se dirige (Freire, 2011). Desse modo, é possível integrar a educação libertadora defendida por Freire (2011) aos conceitos da Educação Patrimonial (Horta *et al.*, 1999), uma vez que esta exprime caráter libertador, crítico e pautado em construir relações de identidade e pertencimento, sem esquecer da historicidade que acompanha a elaboração da memória de determinado território. Nessa perspectiva, é possível pensar a inserção da Educação Patrimonial na Educação Básica para a construção de relações de pertencimento, haja vista o que foi debatido até aqui.

Assim, a proposta dialoga com a concepção de território defendida por Raffestin (1993), que entende o espaço como resultado das relações sociais, políticas e simbólicas construídas ao longo do tempo. Ao estudar e valorizar a Aldeia Jesuítica, os alunos não apenas são orientados a reconhecer um patrimônio histórico, mas também a entender seu papel num território construído coletivamente (Scifoni, 2025; Florêncio, 2025). Esse processo amplia a compreensão de cidadania e fortalece o compromisso com a preservação cultural e patrimonial (Faccio, 2010), constituindo-se como uma prática educativa emancipadora (Freire, 2013).

A pesquisa, cujos referenciais teóricos principais foram apresentados aqui, vai além de uma avaliação acerca do impacto da educação patrimonial sobre o sentimento de pertencimento dos alunos, ela busca construir caminhos que integrem o patrimônio cultural ao currículo escolar. Com a articulação entre teoria e prática, pretende-se promover uma educação contextualizada, crítica e humanizadora (Freire, 2011), capaz de aproximar o estudante de sua realidade e de incentivar a valorização da história local como parte de sua identidade individual e coletiva (Martins, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a concretização de uma prática de Educação Patrimonial interdisciplinar dentro da escola, espera-se que os estudantes possam expressar maior identificação com a Aldeia Jesuítica, de maneira que a reconheçam como parte de sua própria história e da comunidade. Essa transformação esperada é interpretada, de acordo com Freire (2013), como resultado do diálogo e problematização da realidade em que estão inseridos, permitindo que os sujeitos se abram a pensar de forma crítica e consciente sua leitura de mundo.

Também é esperado que a pesquisa revele o papel relevante e fundamental que a gestão escolar e a interdisciplinaridade exercem para a devida efetivação das práticas propostas ao longo dessa pesquisa. Desse modo, é presumido que a atuação colaborativa entre gestão, professores e estudantes propicia um ambiente escolar mais democrático e participativo, conforme sustentado por Paro (1987), onde o conhecimento é construído de forma coletiva, culminando a emancipação dos sujeitos, como defendia Freire (2013), além de proporcionar a compreensão do patrimônio cultural como expressão viva da memória e identidade locais, conforme Scifoni (2025), Florêncio (2015), Martins (2015) e Nora (1993).

5. REFERÊNCIAS

FACCIO, N. B. A Aldeia Carapicuíba e sua Resolução de Tombamento. **Revista Tópos**, v. 4, nº 2, p. 60-108, São Paulo, 2010

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção. **Revista Ideação**, v.1, n. 2, São Paulo, out. 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. São Paulo: Bookman, 2009.

FLORÊNCIO, S. R. Educação patrimonial: mobilização social e inventários participativos como estratégias de afirmação do direito à memória, ao patrimônio e ao território *In*: DEMARCHI, J. L., NITO, M. K. S. e SCIFONI, S. (orgs.) **Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural**. São Paulo: FFLCH/USP, 2025 p. 131-162. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1606/1468/5786>> Acesso em: 10 out. 2025.

FLORÊNCIO, S. R. **Educação patrimonial**: algumas diretrizes conceituais. *In*: PINHEIRO, A. R. S. (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural - Educação Patrimonial**. IPHAN, 2015. p. 47-58.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).
História - Aldeia de Carapicuíba (Carapicuíba - SP). Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1518/>> Acesso em: 15 jun. 2025.

JESUS, A. R. de. **Currículo e Educação: Conceito e Questões no Contexto Educacional**.
[Online]. Disponível em:
<https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf>
Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS J. C. O. Patrimônio Cultural: Sujeito, Memória e Sentido para o Lugar. *In*:
PINHEIRO, A. R. S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural - Educação Patrimonial**.
IPHAN, 2015.

NORA, P. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares. **Revista Projeto**,
História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 02 nov. 2025
PARO, V. H. A Utopia da gestão democrática. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos
Chagas), São Paulo, v. 60, n.60, p. 51-53, fev. 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática,
1993

SCIFONI, S. Patrimônio cultural, cidade e infância: perspectivas para uma nova educação
patrimonial *In*: DEMARCHI, J. L., NITO, M. K. S. e SCIFONI, S. (orgs.) **Por uma nova
pedagogia do patrimônio cultural**. São Paulo: FFLCH/USP, 2025 p. 15 - 31. Disponível em:
<<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1606/1468/5786>>
Acesso em: 17 out. 2025.

SESI-SP, **O Currículo do SESI-SP: Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: SESI-SP, 2025.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro:
Bertrand Brasil, 2013.